

**HABEAS CORPUS Nº 555.617 - SP (2019/0386615-8)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : ESTEVAN FAUSTINO ZIBORDI**  
**ADVOGADO : ESTEVAN FAUSTINO ZIBORDI - SP208633**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : FLAVIO SILVA DA LUZ (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de FLÁVIO SILVA DA LUZ, no qual aponta como autoridade coatora a 7ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2260305-68.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 12/11/2019, pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33, caput, e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em preventiva, em 13/11/2019 (e-STJ fls. 42-70 e 91-93).

Segundo a impetração (e-STJ fls. 3-19), o paciente sofreria constrangimento ilegal, em resumo, por ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar, pois a medida estaria embasada na gravidade abstrata dos delitos, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do paciente poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Realça as condições pessoais favoráveis do paciente, que seria primário, de bons antecedentes, com ocupação lícita e residência fixa, predicados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Argumenta, por fim, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que o paciente faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva, fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP), expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

O pedido de liminar foi indeferido (e-STJ fl. 136).

As informações encontram-se às e-STJ fls. 139-152.

Em parecer (e-STJ fls. 154-156), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do writ. No mérito, pela denegação da ordem.

É o relatório.

Inicialmente, cumpre atestar a inadequação da via eleita para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, nos termos do art. 105 da Constituição da República, circunstância que impede o seu conhecimento, conforme entendimento pacífico no âmbito desta Corte Superior de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

A propósito, veja-se (destaques acrescidos):

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. TRÁFICO E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. CONCURSO MATERIAL. CONCLUSÃO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS NO SENTIDO DE QUE AS CONDUTAS PRATICADAS TINHAM DESÍGNIOS AUTÔNOMOS. INVERSÃO DO JULGADO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

- O Supremo Tribunal Federal, por sua primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

[...]

- Habeas corpus não conhecido.

(HC n. 366.638/SP, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/8/2016, DJe 29/8/2016)

Entretanto, o constrangimento apontado na inicial será analisado, a fim de que se verifique a existência de flagrante ilegalidade que justifique a atuação de ofício deste Superior Tribunal de Justiça com fundamento no art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

A prisão em flagrante foi convertida em custódia preventiva com os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 92-93, destaques acrescidos):

[...]

*Diante dos elementos até então colhidos, a princípio não é o caso de se relaxar a prisão dos indiciados, ante a inexistência de vícios, máculas ou outras irregularidades nos autos.*

*A situação fática descrita assegura a presença do estado flagrancial (art. 302, CPP). Passo a analisar se estão presentes os pressupostos da prisão preventiva, previstos nos arts. 312 e 313 do CPP, observando as balizas do art. 282 do CPP. A medida é possível como forma de garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal (periculum libertatis), desde que haja prova da existência do crime e suficientes indícios de autoria (fumus comissi delicti). Ademais, para a decretação da medida drástica, deve-se levar em consideração a: a) necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos extremamente previstos, para evitar a prática de infrações penais; b) a adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado (art. 282, CPP). Os arts. 312, parágrafo único, e 313 e parágrafo do CPP, estipulam que a decretação é possível quando, alternativamente: a) tratar-se de crime doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 anos ou for reincidente; b) envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com*

deficiência; c) houver dúvida sobre a identidade civil ou não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la; d) houver descumprimento de alguma medida cautelar aplicada. No caso concreto há prova de materialidade e indícios de autoria, no sentido de que os indiciados estejam envolvidos na prática de tráfico de drogas (pena máxima de 15 anos de reclusão). **De acordo com o policial João Alex ele recebeu informação de um transeunte de que Flávio, morador na Rua Nivaldo Neres Gusmão nº 246, em Assis, estaria envolvido com o comércio ilícito de entorpecentes e guardava as drogas na residência de Luiz Renato, morador na Rua Maria Alice de Carvalho nº 353, em Assis; quando se aproximaram deste endereço os indivíduos que estavam na frente da residência tentaram correr para casa; com Flávio foi localizada uma porção de maconha; na casa de Luiz Renato localizaram embaixo de um sofá dois pacotes plásticos contendo em seu interior 25 porções de maconha cada, totalizando 50 porções; no mato ao lado esquerdo do quintal da casa mais 30 porções de maconha e mais 03 pedaços grandes de maconha escondidos no pára-choques do veículo estacionado no quintal da casa; Flávio afirmou ser proprietário da droga. Entendo que o flagrante é regular, pois policiais tinham notícias de tráfico de drogas pelos autuados e localizaram porção na posse de Flávio, tratando-se de crime permanente estava em situação de flagrante. A informação anônima recebida pelos policiais, a conduta de fuga ao ver os policiais, a quantidade de droga já individualizada em porções mantida na casa e no carro de Luiz Renato, somada à confissão informal da propriedade da droga por Flávio e às circunstâncias da apreensão, são indicativos do tráfico. O caso é grave porque foi apreendida quantia relevante de droga, a indicar periculosidade. Não é momento adequado para especular qual a pena e regime no caso de eventual condenação. A grande quantidade de droga e o fato de Flávio responder a acusação de tráfico são indicativos de periculosidade. A prisão é necessária para garantia da ordem pública, porque o nefasto crime de tráfico de drogas destrói células familiares e acarreta a degradação da comunidade, demonstrando personalidade avessa aos preceitos ético-jurídico que presidem a convivência social. Não pode a ordeira população desta cidade correr o risco em conviver com indivíduos que assim agindo atentam de forma desmedida contra a tranquilidade e a paz social. Dessa forma, com base no art. 310, inc. II do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei n. 12.403/11, CONVERTO EM PRISÃO PREVENTIVA a prisão em flagrante de Flávio Silva da Luz e Luiz Renato Monteiro da Silva.**

[...]

No julgamento do writ, o TJSP manteve a segregação cautelar fundamentado-se em que (e-STJ fls. 129-133, destaques acrescidos :

[...]

Verifica-se dos autos que, segundo a denúncia, no dia 12 de novembro de 2019, por volta das 16h00, na Rua Maria Alice de Carvalho, Vila Maria Izabel, na cidade de Assis, o paciente, juntamente com o corréu Luiz Renato Monteiro da Silva, agindo em concurso e com identidade de propósitos, **guardavam e tinham em depósito, para venda e entrega ao consumo de terceiros, 84 (oitenta e quatro) porções de maconha embaladas, totalizando o peso aproximado de 198,86 gramas (cento e noventa e oito gramas e oitocentos e sessenta miligramas), e 03 (três) pedaços grandes de maconha**, o que faziam sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar. Ainda conforme a inicial acusatória, ao menos até o dia 12 de novembro de 2019, o paciente e o corréu, agindo em concurso e com identidade de propósitos, associaram-se entre si para, de forma reiterada, praticarem o delito previsto no artigo 33, caput, da Lei 11.343/06. (fls. 01/03 dos autos de origem)

Nesse contexto, é certo que a prisão preventiva do paciente encontra-se devidamente justificada, para garantia da ordem pública, havendo suficientes indícios de autoria e materialidade, conforme bem assinalado pelo juízo de piso na decisão de fls. 53/55 dos autos originais.

Ora, o crime imputado ao paciente merece resposta firme do Estado, capaz de afastar a sensação de impunidade, desassossego e intranquilidade da população.

Pontue-se que o juízo que ora se realiza não se vincula à culpabilidade do paciente, fato que será melhor analisado, sobretudo porquanto houver em situação de tramitação processual ordinária maiores elementos de convicção a respeito do grau de comprometimento deste.

Porém, além dos indícios de autoria e prova da materialidade, estão presentes os demais requisitos necessários para a **manutenção da prisão-cautela, especialmente para a garantia da ordem pública.**

Com efeito, tais observações traçadas não se confundem com meras conjecturas ou argumentação abstrata, pois levam em consideração a dinâmica fática trazida nos autos, já devidamente relatada.

Também não há que se falar em ofensa ao princípio da presunção de inocência, em razão da não concessão da liberdade provisória pelo crime descrito na inicial, quando a necessidade da custódia cautelar está demonstrada pelos fatos e pressupostos contidos no artigo 312 do Código de Processo Penal (CPP).

Além do mais, frise-se também que o habeas corpus não é o meio adequado para a análise de alegação de inocência por exigir, necessariamente, uma avaliação do conteúdo fático-probatório, procedimento incompatível com a via estreita do writ, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária.

Vale realçar, ainda, que a aplicação de medidas alternativas ao cárcere, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal (CPP), no presente caso, não se mostram suficientes, adequadas e proporcionais à gravidade do fato e às

*circunstâncias que a envolvem e terão de ser verificadas mais detidamente pelo Juízo natural no decorrer do processo e com suas fases bem resolvidas para tanto.*

*[...]*

*Outrossim, acrescente-se que eventuais circunstâncias pessoais do paciente acabam por se tornar insignificantes em face da gravidade do delito e suas consequências, sendo de rigor a manutenção de sua prisão.*

*[...]*

*Assim, diante da presença dos requisitos autorizadores da prisão preventiva, inexistente constrangimento ilegal a ser sanado pela estreita via do writ. Conclui-se, por conseguinte, que a digna autoridade impetrada agiu em perfeita conformidade com a lei e não se vislumbra qualquer ato que justifique a concessão da ordem.*

Observa-se que, diferentemente do alegado pela defesa, a custódia do paciente encontra-se bem fundamentada nos termos do art. 312 do CPP, mostrando-se necessária para a preservação, especialmente, da ordem e pública, fragilizada diante das graves circunstâncias adjacentes ao evento criminoso noticiado, bem como do seu histórico criminal.

Como orienta a doutrina, a prisão preventiva pode ser ordenada *"para fins externos à instrumentalidade, associada à proteção imediata, não do processo em curso, mas do conjunto de pessoas que se há de entender como sociedade. [...] A modalidade de prisão, para cumprimento desta última finalidade, seria a prisão para garantia da ordem pública", "quando se tutelar, não o processo, mas o risco de novas lesões ou reiteração criminosa"*, deduzidos, a princípio, da natureza e gravidade do crime cometido e da personalidade do agente (Comentários ao código de processo penal e sua jurisprudência, *Eugênio Pacelli de Oliveira e Douglas Fischer*, 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2012).

De fato, constata-se que a quantidade e a forma de acondicionamento da substância tóxica apreendida em poder do paciente e escondida na residência do corréu, embaixo do sofá, no quintal e no para-choque do carro – *"84 (oitenta e quatro) porções de maconha embaladas, totalizando o peso aproximado de 198,86 gramas (cento e noventa e oito gramas e oitocentos e sessenta miligramas), e 03 (três) pedaços grandes de maconha"* (vide transcrição) – revela envolvimento com a narcotraficância, mostrando que a manutenção da prisão preventiva se encontra fundamentada e é realmente necessária para preservar a ordem pública e, consequentemente, acautelar o meio social.

Patenteadas, no caso, a potencialidade lesiva da infração e a periculosidade social do acusado, pois a quantidade de droga capturada na ocasião do flagrante seria apta a atingir grande número de usuários caso fosse colocada em circulação, indicando dedicação ao comércio proscrito e a probabilidade concreta de continuidade delitiva, caso seja libertado. Ou seja, bem demonstrado o *periculum libertatis* exigido para a ordenação e preservação da prisão cautelar.

No tráfico de entorpecentes, a periculosidade social do agente pode ser aferida pelas circunstâncias em que se deu a ação criminosa, da qual se pode concluir, ainda, se há ou não risco de reiteração delitiva.

Não se trata de presumir a periculosidade do agente, ou mesmo a probabilidade da prática de novas infrações, a partir de meras ilações ou conjecturas desprovidas de base empírica concreta, mas de avaliar a periculosidade exigida para a

imposição da medida cautelar constritiva pelas circunstâncias que cercaram o delito.

Retirar-se essa avaliação do julgador, ou mesmo entender que a descrição da forma como ocorreu o crime seria apenas uma tradução da conduta intrínseca ao tipo penal violado, como já assinalou o Supremo Tribunal Federal, não se mostra consentâneo com a cautelaridade do instituto da prisão preventiva.

Com efeito, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de que: *"O entendimento de que o fato criminoso em si não pode ser valorado para decretação ou manutenção da prisão cautelar não é consentâneo com o próprio instituto da prisão preventiva, já que a imposição desta tem por pressuposto a presença de prova da materialidade do crime e de indícios de autoria. Se as circunstâncias concretas da prática do crime revelam a periculosidade do agente e o risco de reiteração delitiva e, por conseguinte, à ordem pública, justificada está a decretação ou a manutenção da prisão cautelar, desde que igualmente presentes boas provas da materialidade e da autoria"* (RHC n. 106.697, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 3/4/2012, DJe 14/5/2012).

Confiram-se, a propósito os seguintes precedentes desta Corte Superior de Justiça (destaques acrescidos):

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. ORDEM DENEGADA.*

*1. Para ser compatível com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade quanto a segurança e a paz públicas - e com a presunção de não culpabilidade, é necessário que a decretação e a manutenção da prisão cautelar se revistam de caráter excepcional e provisório. A par disso, a decisão judicial deve ser suficientemente motivada, mediante análise da concreta necessidade da cautela, nos termos do art. 282, I e II, c/c o art. 312, ambos do Código de Processo Penal.*

*2. A imposição da constrição cautelar baseou-se na quantidade e na forma de acondicionamento das drogas, além da apreensão de petrechos utilizados para sua comercialização, dados que reforçam os indícios de dedicação continuada dos acusados a tal prática.*

*3. Por idênticas razões, as demais medidas cautelares não se prestariam a evitar o cometimento de novas infrações penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).*

*4. Ordem denegada.*

*(HC n. 441.881/SP, Rel. Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 5/6/2018, DJe 12/6/2018)*

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E RESISTÊNCIA. FLAGRANTE CONVERTIDO EM PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. NATUREZA E QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. DESPROPORCIONALIDADE ENTRE A SEGREGAÇÃO PREVENTIVA E PENA PROVÁVEL. INVIABILIDADE DE EXAME*

NA VIA ELEITA. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

2. No caso dos autos, verifico que a prisão preventiva foi adequadamente motivada, tendo sido demonstrada, com base em elementos concretos, a gravidade concreta da conduta e a maior periculosidade do recorrente, evidenciadas pela natureza e quantidade da droga apreendida - 54,77g de crack e 34,69g de cocaína -, bem como pela forma de acondicionamento dos estupefacientes em porções prontas para revenda, e em razão da notícia de seu envolvimento com o narcotráfico, o que revela risco ao meio social e a necessidade da custódia cautelar para garantia da ordem pública.

3. É entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ que as condições favoráveis do recorrente, por si sós, não impedem a manutenção da prisão cautelar quando devidamente fundamentada.

4. Inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para a manutenção da ordem pública.

5. Não há falar em desproporcionalidade entre o decreto prisional preventivo e eventual condenação, tendo em vista ser inadmissível, em habeas corpus, a antecipação da quantidade de pena que eventualmente poderá ser imposta, menos ainda se o réu iniciará o resgate da reprimenda em regime diverso do fechado.

6. Recurso em habeas corpus desprovido.

(RHC n. 108.144/MG, Rel. Min. JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 12/3/2019, DJe 25/3/2019)

De se destacar que, na espécie, a segregação cautelar se faz necessária, outrossim, para se evitar a reiteração delitiva, uma vez que, de acordo com o destacado pela Instância originária, o paciente responde a outra ação penal por fatos semelhantes ao aqui apurado, condição que revela motivo a mais para justificar a preservação do encarceramento na espécie, pois denota a habitualidade do agente na prática de ilícitos, inviabilizando a pretendida liberdade, já que patente a real possibilidade de que, solto, volte a cometer infrações penais.

Segundo a doutrina de JULIO FABBRINI MIRABETE: "*Fundamenta em primeiro lugar a decretação da prisão preventiva a garantia da ordem pública, evitando-se com a medida que o delinquente pratique novos crimes contra a vítima ou qualquer outra pessoa, quer porque seja acentuadamente propenso à prática delituosa, quer porque, em liberdade, encontrará os mesmos estímulos relacionados com a infração cometida*", concluindo que "*está ela justificada se o acusado é dotado de periculosidade, na perseverança da prática delituosa, ou quando denuncia na prática do crime perversão, malvadez, cupidez e insensibilidade moral*" (Código de Processo Penal interpretado. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 803).

Nesse mesmo norte (destaques acrescidos):

*HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. PACIENTE REINCIDENTE ESPECÍFICO. CIRCUNSTÂNCIAS DA PRISÃO QUE INDICAM DEDICAÇÃO À ATIVIDADE CRIMINOSA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

*[...]*

*3. Na hipótese, não se constata constrangimento ilegal, uma vez que a prisão cautelar encontra-se justificada na necessidade de proteção à ordem pública, dado o risco concreto de reiteração criminosa, tendo em vista a reincidência específica do paciente, que voltou a ser preso em flagrante por tráfico pouco tempo depois de cumprir pena pelo mesmo delito. Ademais, as circunstâncias do flagrante indicam dedicação à atividades criminosas.*

*[...]*

*5. Habeas Corpus não conhecido.*

*(HC n. 350.160/SP, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/4/2016, DJe 19/4/2016)*

*HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. MOTIVO FÚTIL E RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA. (1) PRISÃO FUNDAMENTADA NA GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. MORTE MOTIVADA PELO CIÚME E SENTIMENTO DE POSSE. NECESSIDADE DE SEGREGAÇÃO PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. (2) RÉU CONDENADO PELO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. POSSIBILIDADE CONCRETA DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. (3) CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. (4) MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. OMISSÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL.*

*[...]*

*3. Ademais, o paciente responde, dentre outras ocorrências, à processo criminal pela suposta prática do crime de ameaça e possui medida protetiva deferida em seu desfavor, além de ser reincidente em crime doloso, ostentando condenação transitada em julgada pelo crime de tráfico de drogas, situação bastante a demonstrar a possibilidade de reiteração criminosa.*

*[...]*

*(HC n. 351.092/MT, Rel. Min. ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 9/8/2016, DJe 24/8/2016)*

Ao se concluir pela imprescindibilidade da preventiva, resta clara a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão, uma vez que, além de haver motivação apta a justificar o sequestro corporal a bem da ordem pública, a sua aplicação não se mostraria adequada e suficiente para reprimir a atividade ilícita desenvolvida pelo paciente, diante da presença do *periculum libertatis*, bem demonstrado na espécie.

Como vem decidindo esta Corte Superior: "*Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, dadas as peculiaridades do caso, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes*" (RHC n. 105.393/AL, Rel. Min.

# *Superior Tribunal de Justiça*

ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 1º/2/2019).

Nesse contexto, demonstrados os pressupostos e motivos autorizadores da custódia cautelar do art. 312 do CPP não se vislumbra constrangimento ilegal a ser reparado por este Superior Tribunal de Justiça.

Recomenda-se, entretanto, de ofício, ao Juízo processante que reexamine a necessidade da segregação cautelar, tendo em vista o tempo decorrido e o disposto na Lei n. 13.964/2019.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO JORGE MUSSI**

Relator